

O processo de construção das narrativas midiáticas como marca da ideologia no discurso: análise de histórias sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro¹

Profa. Dra. Carla Leila Oliveira Campos

Introdução:

Neste trabalho, apresentamos um estudo sobre o discurso midiático que trata da violência urbana na atualidade. Tal escolha foi motivada por três questões fundamentais: em primeiro lugar, a importância que a mídia e seus sistemas simbólicos assumem na compreensão que temos dos eventos sociais; em segundo lugar, a visibilidade dada pela própria mídia aos eventos que envolvem a violência nas suas diversas formas; em terceiro lugar, a crença na eficiência das ferramentas teórico-metodológicas da análise do discurso como método de investigação das marcas da ideologia no discurso. Visando à realização da pesquisa, delimitamos nosso *corpus* a um conjunto de sete reportagens sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, publicadas em 2007, por três diferentes revistas: *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*. Nessas reportagens, utilizando-nos dos procedimentos teóricos e metodológicos da análise do discurso (sobretudo daquela que se tem denominado “tendências francesas de análise do discurso”), buscamos apreender as formações discursivas (FDs) e ideológicas (FIs) postas em cena pelos locutores/revistas na representação da criminalidade. Para tanto, adotamos como categorias de análise o esquema *protagonist-antagonist* de organização das narrativas proposto por Beaugrande e Colby (1979), além das marcas da heterogeneidade mostrada marcada, mais especificamente o discurso relatado (direto, indireto e a modalização do discurso em discurso segundo) e as palavras entre aspas.

Metodologia:

O presente trabalho vincula-se a uma abordagem que tem por objetivo examinar as relações entre as práticas discursivas e o meio histórico-social no qual se originam. Desse modo, diferentemente das vertentes que tomam a língua seja como um reflexo transparente da realidade, seja como uma representação objetiva do pensamento, a AD

¹ Resumo da tese de doutorado intitulada “O processo de construção das narrativas midiáticas como marca da ideologia no discurso: análise de histórias sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2012, sob orientação da profa. Dra. Gláucia Muniz Proença Lara.

considera que toda prática de linguagem vem atravessada pelas relações sociais nas quais se situa, sendo, pois, a língua um objeto fundamentalmente opaco.

Os trabalhos em AD procuram, portanto, compreender como os textos expressam e reproduzem as relações sociais e as visões de mundo dos sujeitos discursivos, considerando as condições de produção desses textos, tomados como manifestações – ou materializações – do discurso. Essas condições de produção referem-se ao conjunto dos elementos que estão envolvidos na produção discursiva (como o “jogo de imagens” que nela se instaura: a imagem que o enunciador tem de si, a que tem do outro, a imagem do referente etc.), sendo que o elemento dominante pode variar de caso a caso.

Nessa perspectiva, dadas as características do gênero de discurso em foco (reportagem) e dos objetivos que nos movem no presente trabalho, iniciamos nossa análise pela descrição da organização narrativa, buscando observar o agenciamento de personagens e ações, tal como propõem Beaugrande e Colby (vide PALMER, 1999), no que eles chamam de *Protagonist-Antagonist Rule* (conjunto de regras em torno das quais, segundo os autores, as narrativas são organizadas).

A partir desse conjunto de regras de organização da narrativa, procuramos identificar nos textos como se deu a relação protagonista-antagonista, quais são os estados de problema e estados-objetivo de cada um e como suas ações e interações no âmbito da narrativa são organizadas com vistas ao alcance (ou não) de seus objetivos. Além disso, buscamos apreender, por meio da análise da heterogeneidade discursiva (sobretudo a mostrada/marcada), a forma como os textos selecionados organizam as vozes trazidas para seu interior, atendendo às limitações impostas pelas FDs e FIs às quais se filiam.

Com base na proposta metodológica de Orlandi (2009, p. 77), que implica partir do material linguístico para chegar às FDs e às FIs que subjazem a elas, e nos pressupostos teóricos da AD, (tanto os ligados às atuais tendências francesas quanto aqueles oriundos da AD pechêutiana), procuramos observar ainda como a semântica global restringe a um só tempo todos os planos do discurso (embora nossas análises tenham se limitado mais diretamente aos planos da narrativa e da heterogeneidade mostrada).

Resultados:

Em nossas análises identificamos alguns posicionamentos diferentes no que tange à cobertura midiática dos eventos relacionados à criminalidade oriunda do tráfico

de drogas no Rio de Janeiro. Essas diferenças se deram principalmente quanto à atuação do Estado – ora ausente, ora presente, ora ineficiente, ora conivente com a ação dos bandidos – no combate ao crime, chegando até mesmo, em *Veja* e *Carta Capital*, a ser alçado à condição de antagonista das narrativas.

Também identificamos algumas diferenças nas FDs a que se filiam os locutores/revistas para dizerem o que dizem: enquanto em *Isto É* e em *Carta Capital* há a presença das FDs da economia e dos direitos humanos (ainda que elas sejam abordadas de forma distinta em cada revista), ambas são silenciadas em *Veja*. Identificamos também em *Carta Capital* uma FD ausente das demais revistas: a FD acadêmico-científica, convocada para sustentar seja a FD do não combate à criminalidade, seja a FD dos direitos humanos, na medida em que apresenta críticas à má-atuação do Estado no combate à criminalidade, enfatizando ainda as consequências nefastas que isso acarreta como, por exemplo, a perda de vidas inocentes, questão bastante enfatizada na segunda reportagem da revista.

Por outro lado, ainda que diferenças de posicionamento fossem observadas em relação às FDs que atravessam os discursos, as semelhanças entre os periódicos são mais contundentes do que as disparidades. Assim, ao se filiarem às FDs da criminalidade e do não combate à criminalidade (esta constitutiva daquela), todas as revistas compreendem que as origens da criminalidade (no caso, relativa ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro) estão ligadas à impunidade – seja ela alimentada pela não atuação do Estado ou pela sua associação ao crime organizado – e à ineficiência dos métodos estatais no combate ao crime.

A compreensão das origens da criminalidade está diretamente associada às soluções apresentadas para seu combate. Nesses termos, ao se filiarem à FD do combate à criminalidade, os locutores/revistas, em geral, defendem que esse combate deve-se dar pelo emprego da força militar por parte do Estado (afinal, trata-se de uma situação crítica; de uma *guerra*). Nesse caso, a principal diferença observada na maioria das reportagens entre o governo atual (à época da publicação das reportagens) e seus antecessores é o fato de aquele ter reconhecido a importância de se enfrentar o problema da criminalidade, enfrentamento esse que, como dissemos acima, envolve o uso de força militar (policial). Ainda que *Carta Capital*, por exemplo, critique o emprego exclusivo de força militar ou a associação do Estado às milícias e que *Veja* se mostre descrente em relação à eficiência da operação policial, nenhuma revista descarta o seu uso. Até mesmo as críticas feitas ao Estado são no sentido da não utilização ou da má utilização da força militar no combate ao crime.

Quanto à FI a que se filiam as FDs identificadas anteriormente, podemos dizer que todas elas mantêm uma relação inequívoca com a FI que compreende a criminalidade como um mal que precisa ser combatido com a mão forte do Estado. Tal combate é, via de regra, associado a uma guerra que precisa ser travada para que se extirpem as raízes desse mal.

Em suma, ainda que tenhamos constatado diferenças nas formas como cada uma das revistas/reportagens se relacionam com as FDs identificadas (sendo possível observar, inclusive, que apenas em *Carta Capital* há uma preocupação efetiva com a população das favelas), não há como negar que, em linhas gerais, elas reproduzem o discurso dominante (e a ideologia que o sustenta) de que o combate à criminalidade deve estar associado ao aumento do rigor na punição dos criminosos.

Conclusão:

Destacamos, em nossas análises, não só aquilo que foi dito sobre a criminalidade e seu combate sob a égide das FDs e da FI dominantes nas reportagens do *corpus*, como também aquilo que foi silenciado, considerando sempre que o discurso se constrói numa relação interdiscursiva, estabelecendo relações ora harmônicas, ora polêmicas entre as diferentes FDs que o atravessam, de acordo com as “visadas” do sujeito que enuncia. É a partir da identificação com a(s) FD(s) que o sujeito é capaz de reconhecer não só o conjunto de enunciados permitidos em seu discurso, como também rejeitar aqueles que o contradizem/negam, ainda que o apagamento dessa contradição se dê apenas no nível da aparência.

Esse processo de identificação/rejeição daquilo que pode ser dito e de quem pode dizer é alimentado nas reportagens – objeto de nossas análises – pela criação de relações bipolares entre o “nós” (locutor/revistas e interlocutores/população de bem) e o “outro” (traficantes, que representam a encarnação do mal que precisa ser extirpado), o que revela uma visão maniqueísta do mundo (os indivíduos ou são maus ou são bons, não sendo possível o meio-termo).

Assim, se a palavra (enquanto objeto ideológico) intervém na situação extraverbal, contribuindo para sua manutenção, modificação ou superação (PONZIO, 2008, inspirado em Bakhtin), nossas análises nos permitem concluir que os discursos sobre a criminalidade, fundados na FI que associa seu combate uma guerra (vendo, como origem da criminalidade, a impunidade e, como solução para ela, o emprego da força militar) alimentam o consenso, já disseminado em nossa sociedade, de que para combater o crime, basta o aumento do rigor na punição dos criminosos.

A construção desse consenso é sustentada, por sua vez, pela crença na evidência do sentido, como propõe Orlandi (2009, inspirada em PÊCHEUX, 1975). Essa evidência, ao apagar o caráter material da palavra, faz ver como transparente aquilo que, na verdade, é opaco, fazendo remissão a um intrincado jogo de formações discursivas e ideológicas. Nesse sentido, cabe ao analista atravessar a transparência da linguagem, com o intuito de revelar como o ideológico trabalha na constituição dos dizeres.

Palavras-chave: Narrativas midiáticas; criminalidade; análise do discurso.

Referências:

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PALMER, Gary B. *Toward a Theory of Cultural Linguistics*. Austin: The University of Texas Press, 1999. p. 220-221.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Unicamp, 1975.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Contexto, 2008.